PDF BÔNUS

PROVA RESOLVIDA PARA ANALISTA DO MPU

DIREITO

Estratégia CONCURSOS

Português – Prof. Felipe Luccas

Se considerarmos o panorama internacional, perceberemos que o Ministério Público brasileiro é singular. Em nenhum outro país, há um Ministério Público que apresente perfil institucional semelhante ao nosso ou que ostente igual conjunto de atribuições.

Do ponto de vista da localização institucional, há grande diversidade de situações no que se refere aos Ministérios Públicos dos demais países da América Latina. Encontra-se, por exemplo, Ministério Público dependente do Poder Judiciário na Costa Rica, na Colômbia e, no Paraguai, e ligado ao Poder Executivo, no México e no Uruguai.

Constata-se, entretanto, que, apesar da maior extensão de obrigações do Ministério Público brasileiro, a relação entre o número de integrantes da instituição e a população é uma das mais desfavoráveis no quadro latino-americano. De fato, dados recentes indicam que, no Brasil, com 4,2 promotores para cada 100 mil habitantes, há uma situação de clara desvantagem no que diz respeito ao número relativo de integrantes. No Panamá, por exemplo, o número é de 15,3 promotores para cada cem mil habitantes; na Guatemala, de 6,9; no Paraguai, de 5,9; na Bolívia, de 4,5. Em situação semelhante ou ainda mais crítica do que o Brasil, estão, por exemplo, o Peru, com 3,0; a Argentina, com 2,9; e, por fim, o Equador, com a mais baixa relação: 2,4. É correto dizer que há nações proporcionalmente com menos promotores que o Brasil. No entanto, as atribuições do Ministério Público brasileiro são muito mais extensas do que as dos Ministérios Públicos desses países.

Maria Tereza Sadek. **A construção de um novo Ministério Público resolutivo**. Internet: <https://aplicacao.mp.mg.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos às ideias e a aspectos linguísticos do texto acima.

1. (MPU / Analista-Direito - 2013)

Os dados expostos no terceiro parágrafo indicam que os profissionais do Ministério Público brasileiro são mais eficientes que os dos órgãos equivalentes nos demais países da América do Sul.

Comentários:

Houve extrapolação. Não há qualquer referência à eficiência dos profissionais do Ministério Público brasileiro. Apenas foi dito que o órgão tem atribuições mais extensas.

Gabarito: Errada.

2. (MPU / Analista-Direito - 2013)

Com base nos dados apresentados no texto, é correto concluir que a situação do Brasil, no que diz respeito ao número de promotores existentes no Ministério Público por habitante, está pior que a da Guatemala, mas melhor que a do Peru.

Comentários:

No que diz respeito ao número de promotores existentes no Ministério Público por habitante, o Brasil conta com 4,2 promotores para cada 100 mil habitantes, **mais do que Peru** (3 promotores) e **menos que a Guatemala** (6,9 promotores).

Gabarito: Certa.

3. (MPU / Analista-Direito - 2013)

Seriam mantidas a coerência e a correção gramatical do texto se, feitos os devidos ajustes nas iniciais maiúsculas e minúsculas, o período "É correto (...) o Brasil" (R.11-12) fosse iniciado com um vocábulo de valor conclusivo, como **logo, por conseguinte, assim** ou **porquanto**, seguido de vírgula.

Comentários:

Logo, por conseguinte e assim são conectivos conclusivos. Contudo, o vocábulo "porquanto" não tem sentido conclusivo, pois equivale a "porque" e expressa "causa" ou "explicação".

Gabarito: Errada.

4. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O objetivo do texto é provar que o número total de promotores no Brasil é menor que na maioria dos países da América Latina.

Comentários:

O objetivo do texto é sua tese, sua informação principal. Então, o texto busca mostrar que o Ministério Público brasileiro é singular, pois tem um perfil institucional diferente e um grande conjunto de atribuições. Por exemplo, é mencionado que alguns outros Ministérios Públicos são vinculados a Poderes, como na Colômbia (MP ligado ao Judiciário) e México (MP ligado ao Executivo).

Além disso, no terceiro parágrafo, os dados não falam do "número total" de promotores, como diz o enunciado. A referência é ao número 'proporcional', não total.

Gabarito: Errada.

5. (MPU / Analista-Direito - 2013)
No primeiro período do terceiro parágrafo, é estabelecido contraste entre a maior extensão das obrigações do Ministério Público brasileiro, em comparação com as de órgãos equivalentes em outros países, e o número de promotores em relação à população do país, o que evidencia situação oposta à que se poderia esperar.

Comentários:

Exatamente. Há uma oposição, uma quebra de expectativa. O número proporcional de promotores é um dos menores da América Latina, embora o quadro de atribuições do Ministério Público Brasileiro seja amplo.

Veja isso no texto:

"Constata-se, entretanto, que, ***apesar da maior extensão de obrigações do Ministério Público brasileiro, a relação entre o 7 número de integrantes da instituição e a população é uma das mais desfavoráveis no quadro latino-americano***. "

É correto dizer que há nações proporcionalmente com menos promotores que o Brasil. No entanto, ***as atribuições do Ministério Público brasileiro são muito mais extensas do que as dos Ministérios Públicos desses países.***

Gabarito: Certa.

6. (MPU / Analista-Direito - 2013)
No último período do texto, a palavra "atribuições" está subentendida logo após o vocábulo "as" (R.13), que poderia ser substituído por **aquelas**, sem prejuízo para a correção do texto.

Comentários:

Sim. Antes da preposição "de", o termo "as" pode funcionar como pronome demonstrativo, equivalente a 'aquelas':

Entre as camisas, escolhi as (aquelas) de listras amarelas.

Esse foi o uso verificado no texto:

É correto dizer que há nações proporcionalmente com menos promotores que o Brasil. No entanto, ***as atribuições do Ministério Público brasileiro são muito mais extensas do que as (aquelas atribuições) dos Ministérios Públicos desses países.***

Gabarito: Certa.

7. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto se o primeiro parágrafo fosse assim reescrito: Quando se examina o contexto internacional, concluimos que não há situação como a do Brasil no que se refere a existência e desempenho do Ministério Público.

Comentários:

Vamos reler o texto original:

Se considerarmos o panorama internacional, perceberemos que o Ministério Público brasileiro é singular. Em nenhum outro país, há um Ministério Público que apresente perfil institucional semelhante ao nosso ou que ostente igual conjunto de atribuições.

Agora vamos comparar com a reescritura:

Quando se examina o contexto internacional, concluimos que não há situação como a do Brasil no que se refere a existência e desempenho do Ministério Público.

A redação proposta pela banca não mantém coerência com as informações originais do texto, pois não menciona o "conjunto de atribuições" nem o "perfil institucional" do MP brasileiro. O termo "desempenho" dá ideia de "eficiência,

performance"; não resgata a ideia de *perfil institucional semelhante ou conjunto de atribuições.*

Além disso, pelo contexto, entende-se que os substantivos "existência" e "desempenho" são determinados, definidos, pois indicam a "existência **do Ministério Público**" e o "desempenho **do Ministério Público**". Então, tais substantivos deveriam estar precedidos de artigo definido, o que criaria o contexto de ocorrência de crase: "se refere a" + "a existência"= refere-se ***à existência***. Portanto, também há erro gramatical.

Pessoal, para resolver essa questão imediatamente, bastava perceber que "concluímos" está sem acento no item.

Gabarito: Errada.

1 Nenhum problema da ética ou da filosofia do direito
é tão difícil e complexo como o da justiça, e múltiplas são as
razões para isso. Em primeiro lugar, a justiça é, ao mesmo
4 tempo, uma ideia e um ideal, pois, se ela jamais se realizasse,
ao contrário de se manifestar concretamente como um dos
momentos necessários e mais altos da vida humana, seria mera
7 suposição, uma quimera não merecedora de nossa constante
atenção.
Todavia, por maiores que sejam os obstáculos
10 opostos ao nosso propósito de desvendá-la, e mesmo quando
proclamamos desconsoladamente a impossibilidade de chegar
até ela pelas vias da razão, não desaparece nossa aspiração de
13 que haja atos justos que dignifiquem a espécie humana. É que,
ainda que não consigamos defini-la, não podemos viver sem
ela.
16 Por outro lado, a justiça nunca se põe como um
problema isolado, porque sempre se acha em essencial
correlação com outros da mais diversa natureza, dos filosóficos
19 aos religiosos, dos sociais aos políticos, dos morais aos
jurídicos.

Nem podia ser de outra forma, em se tratando de uma

22 das questões basilares da história, a qual não pode ser vista

segundo uma continuidade linear, devendo ser vista como o

desenrolar de ciclos culturais diferentes, com diversificadas

25 conjunturas histórico-culturais.

Ora, cada ciclo ou conjuntura histórico-cultural tem

sua experiência da justiça, a sua maneira própria de realizá-la

28 in concreto, o que leva à conclusão de que, em vez de indagar

acerca de uma ideia universal de justiça, melhor será tentar

configurar, no plano concreto da ação, o que sejam atos justos.

Miguel Reale. **Variações sobre a justiça (I)**. *In:* **O Estado de S.Paulo**, 4/8/2001. Internet: <http://home.comcast.net> (com adaptações).

Considerando os sentidos e aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

8. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Sem prejuízo para as ideias originais do texto ou para a sua correção gramatical, o último parágrafo do texto poderia ser divido em dois períodos, substituindo-se a vírgula logo após "concreto" (R.28) por ponto final e reescrevendo-se o trecho subsequente da seguinte forma: Isso leva à seguinte conclusão: em lugar de buscar uma ideia universal de justiça, é melhor tentar definir os atos justos no plano concreto da ação.

Comentários:

A banca anulou essa questão, por haver erro de digitação no item: "divido" em vez de "dividido".

Gabarito: Anulada

9. (MPU / Analista-Direito - 2013)
No terceiro parágrafo, a partícula "se" é empregada, em ambas as ocorrências, como índice de indeterminação do sujeito, o que confere maior formalidade ao texto.

Comentários:

Vejamos o trecho:

Por outro lado, a justiça nunca se põe como um problema isolado, porque sempre se acha em essencial correlação com outros da mais diversa natureza

O sujeito é "justiça", está determinado e bem claro no texto.

Quanto ao primeiro "se", podemos entendê-lo como um pronome reflexivo, já que o termo "justiça", no contexto, está personificado, praticando ações, como sujeito agente. Então, nesse sentido, em *a justiça nunca se põe como um problema isolado*, podemos entender que *"a justiça nunca* ***se posiciona, nunca se coloca*** *(a si mesma) como um problema isolado".*

O segundo "se" deriva do uso pronominal do verbo "achar-se", como verbo indicativo de estado. No contexto, ele tem sentido de "estar":

A justiça sempre ***se acha*** *(se encontra) em essencial correlação com outros*

A justiça sempre ***está*** *em essencial correlação com outros*

Gabarito: Errada.

10. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A forma adjetiva "histórico-culturais" (R.25) poderia estar flexionada corretamente também como **históricos-culturais**.

Comentários:

A regra para concordância dos adjetivos compostos é apenas flexionar o segundo item da composição, para concordar em gênero e número com o substantivo. Portanto, a forma correta seria *conjuntur****as histórico-culturais.***

Obs: Se algum elemento do adjetivo composto for um substantivo, todo o adjetivo composto ficará invariável:

Camisas verde-garrafa

Ternos cinza-escuro

Cordões amarelo-ouro

Almofadas marrom-café

Por exceção, alguns termos não variam nunca: ***azul-marinho****, azul-celeste, furta-cor, ultravioleta, sem-sal, sem-terra, verde-musgo, cor-de-rosa, zero-quilômetro*

Gabarito: Errada.

11. (MPU / Analista-Direito - 2013)
De acordo com o texto, a justiça é um ideal de impossível realização, o que é comprovado pela história humana.

Comentários:

O texto mostra claramente que a justiça tem uma face concreta, isto é, que se realiza:

*Em primeiro lugar, a justiça é, ao mesmo tempo, uma ideia e um ideal, pois, **se ela jamais se realizasse** **(ou seja, ela se realiza), ao contrário de se manifestar concretamente como um dos momentos necessários e mais altos da vida humana**, seria mera suposição **(ou seja, não é mera suposição)**, uma quimera não merecedora de nossa constante atenção.*

Vejamos outro trecho que indica que a justiça se realiza:

Ora, cada ciclo ou conjuntura histórico-cultural tem sua experiência da justiça, a sua maneira própria de ***realizá-la in concreto***

Gabarito: Errada. Certa.

12. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Conclui-se da leitura do texto que a dificuldade de se definir a justiça decorre, entre outras causas, da diversidade própria dos grupos humanos.

Comentários:

A banca diz "conclui-se...", o que nos sinaliza uma questão de inferência, cuja resposta não vai estar óbvia no texto, mas, sim, nas entrelinhas e no sentido sutil de algumas palavras. Lendo o texto, não vamos encontrar exatamente as palavras "diversidade dos grupos humanos". Contudo, podemos deduzir essa diversidade do seguinte trecho:

*Por outro lado, a justiça nunca se põe como um problema isolado, porque sempre se acha em essencial correlação **com outros** da mais **diversa natureza**, **dos filósofos, aos religiosos, dos sociais aos políticos, dos morais aos jurídicos.***

Então, ao mencionar diferenças filosóficas, religiosas, sociais, políticas, morais e jurídicas, o texto nos sugere a diversidade de opiniões que está envolvida na conceituação do que seria "justiça". A noção de justiça certamente varia entre grupos humanos e seu conceito tende a ser diferente se perguntado a um Juiz ou um Padre, por exemplo.

Gabarito: Certa.

13. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Pela organização sintática do segundo período do texto, pode-se interpretar o trecho "uma quimera não merecedora de nossa constante atenção" (R.7-8) como uma ampliação do sentido da expressão "mera suposição" (R.6-7).

Comentários:

Vejamos o segundo período:

Em primeiro lugar, a justiça é, ao mesmo tempo, uma ideia e um ideal, pois, se ela jamais se realizasse, ao contrário de se manifestar concretamente como um

dos momentos necessários e mais altos da vida humana, seria mera suposição**, uma quimera não merecedora de nossa constante atenção.**

O trecho sublinhado funciona como um aposto explicativo, termo que amplia ou desenvolve o sentido de "suposição". Esse aposto também poderia vir introduzido por dois-pontos no lugar da vírgula.

seria mera suposição**: uma quimera não merecedora de nossa constante atenção.**

Gabarito: **Certa.**

1 A parte da natureza varia ao infinito. Não há, no
universo, duas coisas iguais. Muitas se parecem umas às outras,
mas todas entre si diversificam. Os ramos de uma só árvore, as
4 folhas da mesma planta, os traços da polpa de um dedo
humano, as partículas do mesmo pó, as raias do espectro de um
só raio solar ou estelar. Tudo assim, desde os astros no céu, até
7 os micróbios no sangue, desde as nebulosas no espaço até as
gotas do rocio na relva dos prados.
A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar
10 desigualmente aos desiguais na medida em que se desigualam.
Nessa desigualdade social, proporcionada à desigualdade
natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são
13 desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura. Tratar com
desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria
desigualdade flagrante e não igualdade real.
16 Essa blasfêmia contra a razão e a fé, contra a
civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria; executada,
não faria senão inaugurar a organização da miséria. Se a
19 sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais,
cada um, nos limites da sua energia moral, no entanto, pode
reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade
22 e perseverança. Tal a missão do trabalho.

Ruy Barbosa. **Oração aos moços**. Internet: <http://home.comcast.net> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos ao texto acima apresentado.

14. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A oração "quinhoar desigualmente aos desiguais na medida em que se desigualam" (R.9-10) exerce a função de complemento indireto da forma verbal "consiste" (R.9).

Comentários:

O verbo "consistir" é transitivo **indiret**o, então pede um complemento regido por preposição: consistir **em algo...** (***em algo*** é ***objeto indireto*** de consistir)

Esse objeto pode vir na forma de uma oração, estrutura com **verbo,** que será chamada de oração subordinada substantiva objetiva indireta. Veja:

A regra da igualdade não "consiste" senão **em quinhoar desigualmente aos desiguais na medida em que se desigualam**

Gabarito: Certa.

15. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Não haveria prejuízo para o sentido original nem para a correção gramatical do texto caso se inserisse **quando** ou **se for** imediatamente antes de "executada" (R.17).

Comentários:

No contexto, o termo "executada" traz ideia de uma condição ou hipótese. Então, em tese, seria possível usar os conectores "se" ou "quando" para explicitar essa relação semântica. Essa blasfêmia contra a razão e a fé, contra a civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria; **quando** executada, não faria senão inaugurar a organização da miséria. (correta)

Contudo, a forma "se for" trouxe um verbo no futuro do subjuntivo, o que causaria um problema de correlação verbal. O verbo "fazer" deveria ser flexionado para o tempo futuro:

Essa blasfêmia contra a razão e a fé, contra a civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria; ***se for*** *executada, não* ~~***faria***~~ ***fará*** *senão inaugurar a organização da miséria. (correta)*

Outra possibilidade correta seria correlacionar o pretérito imperfeito do subjuntivo (-sse) ao futuro do pretérito (-ia).

Essa blasfêmia contra a razão e a fé, contra a civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria; ***se fosse*** *executada, não* ***faria*** *senão inaugurar a organização da miséria. (correta)*

Portanto, não é possível inserir "se for" sem fazer adaptações no texto.

Gabarito: Errada.

16. (MPU / Analista-Direito - 2013)
No texto, que se classifica como dissertativo-argumentativo, o autor constrói, por meio de recursos que incluem o uso de exemplos e a repetição de estruturas e de elementos lexicais, os argumentos que sustentam a ideia de igualdade por ele defendida.

Comentários:

Basicamente, o texto dissertativo-argumentativo é aquele que traz uma dissertação (ideias, teorias, postulados, conceitos, raciocínios) com a finalidade clara e prioritária de defender uma tese, um ponto de vista.

Para defender essa tese, o autor normalmente utiliza estratégias argumentativas, como exemplos, dados estatísticos, testemunhos de autoridade, citações, paralelos históricos, comparações, silogismos, entre outros recursos de convencimento.

O autor usa diversos exemplos para sustentar sua tese de que "Não há, no universo, duas coisas iguais". Como exemplo, cita as folhas das árvores, os astros do céu, os micróbios no sangue. Todos se parecem, mas não são iguais. Observe que o autor basicamente repete uma mesma estrutura ao longo do texto. Períodos curtos, compostos basicamente de termos coordenados, encerrados brevemente por um ponto final antes de uma nova oração de estrutura semelhante. Essa repetição de afirmações curtas e categóricas, seguidas de um exemplo e um ponto final, é também um recurso de argumentação, para dar um "tom" de verdade simples e absoluta.

Gabarito: Certa.

17. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Infere-se do texto que a desigualdade flagrante ocorre quando se ignora a ação da inveja, do orgulho e da loucura no momento da determinação do que é justo para os que são desiguais.

Comentários:

Segundo o autor, a desigualdade flagrante ocorre quando os desiguais são tratados com igualdade ou os iguais são tratados com desigualdade:

Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante e não igualdade real.

Gabarito: Errada.

18. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Sem prejuízo dos sentidos originais do texto e de sua correção gramatical, na linha 3, o ponto final empregado logo após a forma verbal "diversificam" poderia ser substituído por sinal de dois-pontos, seguido por "Os" grafado com inicial minúscula.

Comentários:

Os dois-pontos são utilizados classicamente para indicar que o termo subsequente está ligado ao anterior por uma relação semântica de explicação ou conclusão. Então, é perfeitamente possível substituir o ponto final por dois-pontos, já que o termo subsequente é um exemplo que explica a afirmação de que não há duas coisas iguais no mundo:

*A parte da natureza varia ao infinito. Não há, no universo, duas coisas iguais. Muitas se parecem umas às outras, mas todas entre si diversificam**: os** ramos de uma só árvore, as folhas da mesma planta*

Portanto, não há prejuízo ao sentido ou à correção.

Gabarito: Certa.

19. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A palavra "nebulosas" (R.7) é empregada, no texto, com função adjetiva, podendo ser substituída por **obscuras**, **enigmáticas**.

Comentários:

A palavra "nebulosas" não está ligada a nenhum substantivo, então, não podemos dizer que tem função adjetiva. Na verdade, foi utilizada como um substantivo, do vocabulário da astronomia: nuvem de matéria interestelar.

Gabarito: Errada.

1 O direito a distância semelha um bloco de justiça
como a montanha semelha um bloco de azul. E é isso a justiça:
um azul de montanha. À medida que nos aproximamos, esse
4 azul se esvai. A nitidez e a harmonia desfazem-se num
turbilhão caótico de detalhes grosseiros.
A beleza do direito transfunde-se no cipoal entrançado
7 do formalismo. Ao que nele penetrou espanta somente
encontrar fórmulas, só ouvir fórmulas, só conseguir fórmulas
— tudo amarelo, cor de ouro, e nada, nada azul, a cor da
10 justiça. O azul, a justiça, a harmonia, a equidade — puras
ilusões da ótica humana.
Velhíssimas umas, vindas da Roma imperial, vindas
13 da Idade Média; outras mais novas, nascidas no solo pátrio;

mas só isso: fórmulas e fórmulas.

Tenho meu Eu bipartido. Um mora no azul, libérrimo

16 como as andorinhas, isolado, desconhecido de todos, sem

irmão, sem Senhor. O outro, coitado, mora na cidade da

Fórmula, escravo assoldado às necessidades prosaicas da vida.

19 Que nítido exemplo da dualidade humana!

Quando o escravo vai à labuta, o outro voa às alturas,

enojado. À noite, nesse momento calmo em que o isolamento

22 e o silêncio nos integram, os dois irmãos se encontram e

confabulam ou filosofam.

José Bento Monteiro Lobato. **Literatura do minarete**. São Paulo: Globo, 2008, p. 265 (com adaptações).

A respeito das ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

20. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Na linha 20, o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo em "à labuta" e "às alturas"; por isso, sua omissão não traria prejuízo para correção gramatical do período.

Comentários:

O emprego da crase em "à labuta" é obrigatório porque o verbo "IR" pede a preposição "a", que se funde ao artigo "a".

Na expressão "às alturas", temos uma locução adverbial de base feminina, caso de crase obrigatória.

Gabarito: Errada.

21. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Segundo o autor do texto, a justiça pode ser alcançada pela aplicação mais equânime do direito.

Comentários:

Não há nenhum trecho no texto que sustente essa afirmação. Em nenhum momento foi mencionada uma maneira de alcançar a justiça.

Segundo o autor, a própria equidade é uma ilusão de ótica, algo que é visto mas não está ali:

O azul, a justiça, a harmonia, **a equidade — puras ilusões** da ótica humana.

Gabarito: Errada.

22. (MPU / Analista-Direito - 2013)
No terceiro parágrafo do texto, o autor enfatiza a tradição romanística do direito brasileiro ao mesmo tempo em que faz alusão à existência de fórmulas nacionais inovadoras.

Comentários:

Exato. O autor opõe formas velhas, vindas de Roma, a outras novas, nacionais. Contudo, considera ambas "meras fórmulas".

Velhíssimas umas, vindas da Roma imperial, vindas da Idade Média; outras mais novas, nascidas no solo pátrio; mas só isso: fórmulas e fórmulas.

Gabarito: Certa.

23. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Na linha 7, a forma verbal "espanta" flexiona-se no singular para concordar com o sujeito oracional "Ao que nele penetrou".

Comentários:

O sujeito de "espanta" de fato é uma oração: "encontrar fórmulas...".

A forma "Ao que nele penetrou" não pode ser sujeito, pois está preposicionada.

Gabarito: Errada.

Acerca das características gerais dos diversos tipos de comunicação oficial, julgue os itens a seguir.

24. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Em comunicações oficiais dirigidas a ministros de tribunais superiores, deve-se empregar o pronome de tratamento **Vossa Excelência**.

Comentários:

Devem receber tratamento de Vossa Excelência as autoridades do Judiciário, como Ministros dos Tribunais Superiores; Membros de Tribunais; Juízes; Auditores da Justiça Militar.

Gabarito: Certa.

25. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Para que correspondências oficiais enviadas por correio eletrônico sejam aceitas como documentos originais, é necessária certificação digital que ateste a identidade do remetente.

Comentários:

Nos termos da legislação em vigor, para que a mensagem de correio eletrônico tenha valor documental, isto é, para que possa ser aceito como documento

original, é necessário existir certificação digital que ateste a identidade do remetente, na forma estabelecida em lei.

Gabarito: Certa.

26. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Em situações em que se exija agilidade na comunicação, deve-se evitar o uso de memorandos, já que sua tramitação, por envolver diversos setores do órgão público expedidor, prejudica a celeridade do processo.

Comentários:

O memorando é justamente o expediente oficial que tem como característica principal a agilidade. Também por isso, os despachos devem ser dados no próprio corpo do documento, ou em folha de continuação.

Gabarito: Errada.

27. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Os expedientes oficiais devem caracterizar-se pela impessoalidade, por constituírem modalidade de comunicação empregada exclusivamente entre órgãos do serviço público.

Comentários:

Os expedientes oficiais também podem ser enviados ao cidadão, considerado uniformemente como "público".

Gabarito: Errada.

28. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O destinatário de um memorando deve ser identificado pelo cargo que ocupa; o de um aviso, pelo nome e pelo cargo que ocupa; e o de um ofício, pelo nome, pelo cargo que ocupa e pelo endereço.

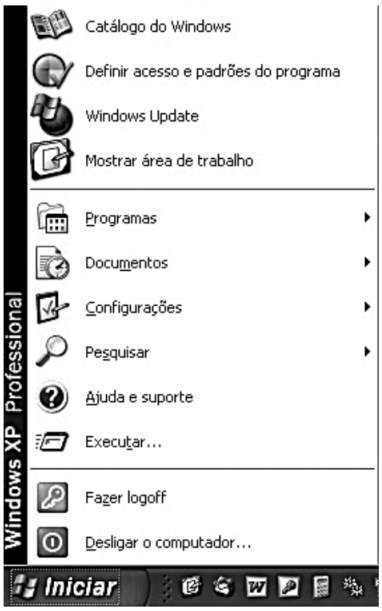
Comentários:

Gabarito preliminar: Certo

Justificativa da banca para anulação: O Manual de Redação da Presidência da República se contradiz ao abordar o assunto exposto no item, pois, ora declara que o destinatário de um memorando deve ser identificado pelo nome e cargo que ocupa, ora apenas pelo cargo. Dessa forma, opta-se pela anulação do item.

Gabarito: Anulada

Informática – Prof. Victor Dalton



Na situação mostrada na figura acima, que reproduz parte de uma janela do sistema operacional Windows,

29. (MPU / Analista-Direito - 2013)

ao clicar a opção

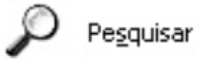
, o usuário terá acesso ao banco de dados do sistema operacional Windows que apresenta as pastas e subpastas com os arquivos de programas desse sistema operacional.

Comentários:

O Windows Update serve para manter o sistema operacional atualizado. Em nada se relaciona a banco de dados do sistema operacional.

Gabarito: Errada.

30. (MPU / Analista-Direito - 2013)

a opção 

permite localizar arquivos ou pastas no computador local, dados na Internet ou, ainda, pessoas no Active Directory.

Comentários:

Esta função realmente possuía tais recursos, mas acredito que o Windows XP não apareça mais em concursos. Atualmente, a barra de pesquisa do Windows 10 utiliza a Cortana para realizar pesquisas no computador, na Internet ou em redes locais.

Gabarito: Certa.

31. (MPU / Analista-Direito - 2013)

a opção possibilita que o usuário acesse informações a respeito dos discos disponíveis localmente e na rede, bem como das opções de computação em nuvem.

Comentários:

No Windows XP não existia computação na nuvem. O Catálogo do Windows listava os produtos compatíveis com o Windows XP.

Gabarito: Errada.

Com referência à suíte de aplicativos LibreOffice, julgue o item abaixo.

32. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O LibreOffice é uma suíte de escritório livre, criada para ser executada exclusivamente no ambiente Linux e oferecer todas as funções esperadas de uma suíte profissional: editor de textos, planilha, apresentação, editor de desenhos e banco de dados.

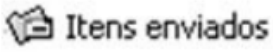
Comentários:

O LibreOffice é uma suíte de escritório oferecida para todos os principais sistemas operacionais, como Windows, Mac e Linux.

Gabarito: Errada.

Com referência à situação mostrada na figura acima, que reproduz parte de uma janela do Outlook Express, julgue os próximos itens.

33. (MPU / Analista-Direito - 2013)

Ao se clicar a pasta  , será apresentada a lista de todos os *emails* que foram enviados a partir do Outlook Express.

Comentários:

Esta é a finalidade da pasta Itens Enviados.

Gabarito: Certa.

34. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Se o usuário em questão possuísse inscrição em Grupos de discussão ou Redes sociais, a opção

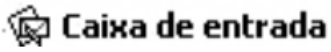
— Responder a todos — seria habilitada.

Comentários:

A opção Responder a Todos serve para quando uma mensagem recebida possui vários destinatários. No caso, o botão permite que a resposta vá para o remetente e também para os outros destinatários copiados.

Gabarito: Errada.

35. (MPU / Analista-Direito - 2013)

O número (310) mostrado ao lado da opção 

indica o número de amigos que o usuário em questão possui.

Comentários:

O número destacado em negrito indica o número de mensagens **não lidas** da Caixa de Entrada. Todas as principais ferramentas de email do mercado utilizam este estilo de marcação para indicar mensagens não lidas.

Gabarito: Errada.

Julgue os itens subsequentes, relativos a conceitos de segurança da informação.

36. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Procedimentos de becape são essenciais para a recuperação dos dados no caso de ocorrência de problemas técnicos no computador.

Comentários:

O backup existe como forma de prevenir que os arquivos sejam apagados acidentalmente, seja por falha física, ou por falha humana. O backup garante a integridade dos dados, de configurações, bancos de dados, arquivos de usuários.

Gabarito: Certa.

37. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Phishing é a técnica de criar páginas falsas, idênticas às oficiais, para capturar informações de usuários dessas páginas.

Comentários:

Phishing (de pescar, pescaria) é um golpe no qual procura-se enganar o usuário, fazendo-o crer que está se comunicando com uma instituição oficial,

mas que na verdade é um golpista tentando extrair dados pessoais e financeiros.

Gabarito: Certa.

38. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O armazenamento em nuvem, ou em disco virtual, possibilita o armazenamento e o compartilhamento de arquivos e pastas de modo seguro, ou seja, sem que o usuário corra o risco de perder dados.

Comentários:

O armazenamento em nuvem realmente protege o usuário, que não precisa se preocupar com a forma de armazenamento. Afinal, é a empresa que se preocupa com isso. Agora, não existe nada 100% seguro na Internet. No meu entender, esta questão deveria ser anulada, mas a banca entendeu como certa.

Gabarito: Certa.

Legislação Aplicada ao MPU e ao CNMP – Prof. Renan Araújo

Relativamente à competência constitucional do MPU, julgue os itens a seguir.

39. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O MPU possui competência para ajuizar, em defesa do meio ambiente, ação civil pública cujo pedido principal seja a declaração de inconstitucionalidade de determinada lei federal.

Comentários:

O item está errado. O MPU, de fato, possui competência para o ajuizamento de ação civil pública, inclusive em defesa do meio ambiente. Vejamos:

Art. 6º Compete ao Ministério Público da União:

(...)

VII - promover o inquérito civil e a ação civil pública para:

a) a proteção dos direitos constitucionais;

b) a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

c) a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;

d) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos;

Contudo, na ação civil pública o pedido principal não pode ser a declaração de inconstitucionalidade de lei federal, pois isso só é possível na ação direta de inconstitucionalidade. A declaração de inconstitucionalidade, neste caso,

somente poderia ocorrer de maneira incidental, ou seja, como meio para a preservação do meio ambiente, e não como pedido principal.

Gabarito: Errada.

40. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Os instrumentos de atuação do MPU na defesa da ordem jurídica incluem o ajuizamento, pelo procurador-geral da República, de ADC de lei ou ato normativo federal e de ADPF decorrente da CF.

Comentários:

O item está correto, pois o MPU possui legitimidade para, através do PGR, ajuizar a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Vejamos:

Art. 6º Compete ao Ministério Público da União:

I - promover a ação direta de inconstitucionalidade e o respectivo pedido de medida cautelar;

(...)

III - promover a argüição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal;

Gabarito: Certa.

41. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O MPT não possui legitimidade para atuar no âmbito do STF.

Comentários:

De fato, o MPT não tem legitimidade para atuar junto ao STF, sendo esta atribuição privativa do MPF. Vejamos:

Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

A atuação junto STF compete ao MPF. Vejamos:

Art. 37. O Ministério Público Federal exercerá as suas funções:

I - nas causas de competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais, e dos Tribunais e Juízes Eleitorais;

Gabarito: Errada.

42. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Se, em sede de investigação criminal ou instrução processual penal conduzida pelo MPU, fizer-se necessária a quebra do sigilo de comunicação telefônica e fiscal de indivíduo investigado ou processado, o *parquet* deverá requerê-la ao órgão judicial competente, já que não tem competência para determiná-la unilateralmente.

Comentários:

De fato, o MPU não possui o poder de determinar a quebra do sigilo das comunicações telefônicas nem a quebra do sigilo fiscal de qualquer pessoa, devendo requerer ao Poder Judiciário tal providência.

Vejamos:

Art. 6º Compete ao Ministério Público da União:

XVIII - representar;

a) ao órgão judicial competente para quebra de sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, bem como manifestar-se sobre representação a ele dirigida para os mesmos fins;

Gabarito: Certa.

43. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A intervenção do MPU é obrigatória em todos os atos de processo instaurado em virtude de ação ajuizada por índios em defesa de seus direitos e interesses.

Comentários:

O item foi anulado, corretamente, pois a atuação do Ministério Público só é necessária quando estivermos diante de direitos e interesses da coletividade indígena, ainda que a demanda seja ajuizada por apenas um único membro indígena. Além disso, não é o MPU quem atua, e sim o MPF, que é um dos ramos do MPU.

Gabarito: Anulada

No que se refere aos direitos, às garantias e às prerrogativas dos membros do MPU, julgue os itens seguintes.

44. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Ressalvados os membros do MPDFT, os membros do MPU que integravam a carreira na data da promulgação da CF podem exercer a advocacia, desde que estejam regularmente inscritos na OAB.

Comentários:

O item está correto, pois atualmente os membros do MPU não podem exercer a advocacia, já que esta é uma vedação expressa, constante na CF e na LC 75/93. Vejamos:

Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º - Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

(...)

II - as seguintes vedações:

(...)

b) exercer a advocacia;

A LC 75/93 também assim dispõe:

Art. 237. É vedado ao membro do Ministério Público da União:

(...)

II - exercer a advocacia;

Contudo, podemos perceber que esta vedação surgiu em 1988, com a Constituição Federal. Assim, quem já se encontrava no MPU quando da promulgação da Constituição teve seu direito adquirido reconhecido, e pode advogar. Vejamos o art. 29, §3º do ADCT:

Art. 29. Enquanto não aprovadas as leis complementares relativas ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, as Procuradorias e Departamentos Jurídicos de autarquias federais com representação própria e os membros das Procuradorias das Universidades fundacionais públicas continuarão a exercer suas atividades na área das respectivas atribuições.

(...)

§ 3º - Poderá optar pelo regime anterior, no que respeita às garantias e vantagens, o membro do Ministério Público admitido antes da promulgação da Constituição, observando-se, quanto às vedações, a situação jurídica na data desta.

Gabarito: Certa.

45. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Membro do MPU pode se candidatar ao cargo de prefeito, desde que cumpra os requisitos previstos na legislação eleitoral e esteja no gozo de licença não remunerada.

Comentários:

Os membros do MPU não podem exercer atividade político-partidária, nos termos do art. 128, §5º, II, *e* da CRFB/88.

Vejamos:

Art. 128. O Ministério Público abrange:

(...)

§ 5º - Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

(...)

II - as seguintes vedações:

(...)

e) exercer atividade político-partidária; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

A LC 75/93, por sua vez, traz regulamentação quase idêntica, mas permite a filiação partidária. Vejamos:

Art. 237. É vedado ao membro do Ministério Público da União:

(...)

V - exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o direito de afastar-se para exercer cargo eletivo ou a ele concorrer.

Contudo, essa regulamentação do art. 237, V da LC 75/93 foi tacitamente revogada pelo art. 128, §5º, II, *e* da CRFB/88, por se tratar de hierarquia superior e por ser posterior (EC 45/04).

Gabarito: Errada.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao CNMP.

46. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Cabe ao CNMP efetuar o controle da atuação administrativa e financeira do MP e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

Comentários:

De fato, esta é uma das atribuições do CNMP, nos termos do art. 130-A, §2º da CRFB/88. Vejamos:

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

(...)

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendolhe:

Gabarito: Certa.

47. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Não constitui competência do CNMP a revisão, de ofício ou mediante provocação, de processos disciplinares de servidores do MPU.

Comentários:

De fato, o CNMP não possui competência para a revisão de processos disciplinares de servidores do MPU, mas apenas dos processos disciplinares dos membros do MPU. Vejamos:

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

(...)

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendolhe:

(...)

IV rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

Gabarito: Certa.

No tocante aos princípios e garantias institucionais do MP, julgue os próximos itens.

48. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A autonomia administrativa do MPU, assegurada constitucionalmente, compreende a possibilidade de, mediante atos normativos internos, criar e extinguir cargos e serviços auxiliares.

Comentários:

Embora o MPU possua autonomia administrativa, a criação e extinção de cargos e serviços auxiliares somente poderá se dar mediante lei, cuja proposta cabe ao próprio MPU.

Vejamos:

Art. 22. Ao Ministério Público da União é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe:

I - propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores;

Gabarito: Errada.

49. (MPU / Analista-Direito - 2013)
De acordo com a CF, são princípios institucionais do MP a independência funcional, a indivisibilidade e a unidade.

Comentários:

De fato, estes são os princípios institucionais do MPU, previstos no art. 127, §1º da CRFB/88:

Art. 127 (...)

§ 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Por princípio da unidade entende-se que o MPU é apenas um, sob a direção do Procurador-Geral da República. Sendo assim, a manifestação de um membro do MP em um processo, por exemplo, representa a vontade do MP enquanto instituição, pois todos integram um corpo orgânico e coeso.

Pelo princípio da indivisibilidade, os membros do MP (do mesmo ramo) podem se substituir uns aos outros, sem qualquer impedimento. Na verdade, esse princípio deriva do princípio da unidade, pois tira seu fundamento daquele.

Por fim, o princípio da independência funcional garante que os membros do Ministério Púbico, no exercício de suas funções, ***não se submetem a nenhuma hierarquia de ordem ideológico-jurídica.*** O membro do MP tem liberdade total para atuar conforme suas ideias jurídicas. Outra vertente deste princípio consiste na independência do MP em sua atuação, podendo atuar, inclusive, contra as pessoas jurídicas de direito público.

Gabarito: Certa.

50. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A autonomia financeira do MP abrange a capacidade de elaborar a sua proposta orçamentária e a capacidade de gerir e aplicar os recursos orçamentários destinados à instituição.

Comentários:

O item está correto, pois a autonomia financeira do MP, de fato, confere a esta Instituição o poder de elaborar sua proposta orçamentária, bem como gerir e aplicar seus recursos orçamentários. Vejamos:

> Art. 22. Ao Ministério Público da União é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe:
>
> (...)
>
> IV - praticar atos próprios de gestão.
>
> Art. 23. O Ministério Público da União elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

Gabarito: Certa.

Direito Constitucional – Prof. Ricardo Vale e Nádia Carolina

Acerca do processo legislativo, julgue os seguintes itens.

51. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Promulgação é ato que incide sobre projeto de lei, transformando-o em lei e certificando a inovação do ordenamento jurídico.

Comentários:

A promulgação atesta que a lei existe e é válida, sendo fase posterior à transformação do projeto em lei. ***O que se promulga é a lei***, não o projeto de lei. A sanção é que incide sobre o projeto de lei, transformando-o em lei.

Gabarito: Errada.

52. (MPU / Analista-Direito - 2013)
É expressamente vedada a edição de medidas provisórias que versem sobre matérias de direito penal, processual penal e processual civil.

Comentários:

É o que determina o art. 62, § 1º, I, "b", da Constituição:

Art. 62, § 1º *É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:*

I *- relativa a:*

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) *organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;*

d) *planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;*

II *- que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;*

III *- reservada a lei complementar;*

IV *- já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.*

Gabarito: Certa.

No que se refere à CF, às emendas constitucionais e aos princípios fundamentais, julgue os itens a seguir.

53. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A CF instituiu mecanismos de freios e contrapesos, de modo a concretizar-se a harmonia entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, como, por exemplo, a possibilidade de que o Poder Judiciário declare a inconstitucionalidade das leis.

Comentários:

A Carta Magna prevê a ***harmonia entre os Poderes*** em seu art. 2º, segundo o qual "*são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*". Essa harmonia é assegurada pelo mecanismo de

freios e contrapesos, que impõe ***controles recíprocos*** entre os Poderes. A declaração de inconstitucionalidade das leis é um desses mecanismos, pelo qual o Poder Judiciário retira do ordenamento jurídico uma norma inválida, editada pelo Poder Legislativo.

Gabarito: Certa.

54. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Projeto de emenda constitucional que vise alterar o § 4.º do art. 60 da CF, de maneira a ab-rogar a cláusula pétrea consistente na periodicidade do voto, não ofende a Constituição, já que inexiste vedação expressa de que o poder constituinte reformador ab-rogue cláusulas pétreas.

Comentários:

O § 4.º do art. 60 da Constituição Federal prevê as ***cláusulas pétrea expressas***, que não podem sofrer emendas tendentes a aboli-las: a forma federativa de Estado, ***o voto direto, secreto, universal e periódico***, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

Essas cláusulas pétreas, segundo a doutrina, não podem ser modificadas. Isso porque ***o procedimento previsto no art. 60 da Constituição seria uma cláusula pétrea implícita***. O texto do dispositivo, portanto, não pode ser modificado de forma a ab-rogar a periodicidade do voto.

O projeto proposto no enunciado, portanto, ***ofende a Constituição***, mesmo não havendo vedação expressa de que o poder constituinte reformador ab-rogue cláusulas pétreas. Trata-se de uma vedação implícita ao poder reformador.

Gabarito: Errada.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens subsequentes.

55. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Considere que Marcos, cidadão brasileiro, com vinte anos de idade, pretenda se eleger na próxima eleição, pela primeira vez, vereador de determinado município e que seu irmão adotivo seja atualmente vereador do referido município. Nessa situação, Marcos é considerado relativamente inelegível.

Comentários:

Marcos ***não é considerado inelegível***. Segundo o art. 14, § 7º, da Constituição, são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do ***Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito***, salvo se já titular de mandato eletivo e

candidato à reeleição. O irmão de Marcos é, atualmente, vereador. A inelegibilidade prevista nesse dispositivo (inelegibilidade reflexa), portanto, não se aplica a seu caso. Além disso, a idade de Marcos (vinte anos) é superior à idade mínima prevista pela Carta Magna para o cargo de Vereador, de dezoito anos (art. 14, § 3º, VI, "d", CF).

Gabarito: Errada.

56. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Os direitos fundamentais de primeira dimensão são aqueles que outorgam ao indivíduo direitos a prestações sociais estatais, caracterizando-se, na maioria das vezes, como normas constitucionais programáticas.

Comentários:

O enunciado traz o conceito dos direitos fundamentais de ***segunda dimensão***, que envolvem ***prestações positivas*** do Estado aos indivíduos (políticas e serviços públicos) e, em sua maioria, caracterizam-se por serem normas programáticas.

Gabarito: Errada.

Julgue os itens seguintes, referentes à organização político-administrativa.

57. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Caso a União edite lei que disponha sobre normas gerais concernentes a procedimentos em matéria processual, estado da Federação poderá legislar sobre matérias específicas concernentes a esse tema.

Comentários:

Legislar sobre procedimentos em matéria processual é ***matéria de competência concorrente*** a União, Estados e Distrito Federal (art. 24, XI, CF). A competência da ***União*** para tratar desse assunto está limitada ao estabelecimento de ***regras gerais***. Fixadas essas regras, caberá aos Estados e Distrito Federal complementar a legislação federal (é a chamada competência suplementar dos Estados-membros e Distrito Federal).

Gabarito: Certa.

58. (MPU / Analista-Direito - 2013)
De acordo com o STF, é inconstitucional lei distrital que disponha sobre bingos e loterias, por desrespeitar competência legislativa privativa da União.

Comentários:

Compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios (art. 22, XX, CF). Com base nesse dispositivo, o STF editou a ***Súmula Vinculante nº 2***: *"É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital*

que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, ***inclusive bingos e loterias****".*

Gabarito: Errada.

Com base no que dispõe a CF acerca da administração pública, julgue o item seguinte.

59. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Considere que o valor nominal da remuneração global de determinado servidor público que recebia determinada gratificação tenha sido reduzido após a instituição de regime remuneratório de subsídio. Nesse caso, o servidor não tem direito à continuidade do recebimento da gratificação, pois, de acordo com o STF, não existe direito adquirido a regime jurídico remuneratório.

Comentários:

De fato, não há que se falar em direito à continuidade do recebimento da gratificação. De acordo com o STF, não existe direito adquirido a regime jurídico remuneratório.

Gabarito: Certa.

Julgue o próximo item, relativo a Poder Judiciário e funções essenciais à justiça.

60. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Considere que determinado sindicato pretenda ajuizar ação possessória para garantir o livre acesso de empregados e clientes às agências bancárias, fechadas devido à greve realizada por empregados de um banco privado. Nessa situação, de acordo com o STF, a competência para julgar a ação é da justiça comum estadual, por tratar de matéria concernente ao direito civil.

Comentários:

Segundo a súmula vinculante nº 23, a ***Justiça do Trabalho*** é competente para processar e julgar ***ação possessória*** ajuizada em decorrência do exercício do ***direito de greve*** pelos ***trabalhadores da iniciativa privada***.

Gabarito: Errada.

Direito Administrativo – Prof. Erick Alves

Em relação a serviços públicos e à disciplina legal sobre as empresas públicas, julgue os itens a seguir.

61. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A empresa pública federal caracteriza-se, entre outros aspectos, pelo fato de ser constituída de capital exclusivo da União, não se admitindo, portanto, a participação de outras pessoas jurídicas na constituição de seu capital.

Comentários:

O quesito está errado. Uma empresa pública caracteriza-se por ser constituída de **capital exclusivamente público**, que pode ser oriundo de qualquer pessoa jurídica integrante da Administração Pública, política ou administrativa, ainda que de direito privado. Assim, determinada empresa pública pode ser formada pela comunhão de recursos oriundos da União, de uma empresa pública estadual e de uma autarquia municipal, pois todos esses recursos possuem origem pública. Para que esta entidade seja considerada uma empresa pública **federal**, a **União** deve ser a detentora da **maioria do capital votante**. Ou seja, o capital da União não precisa ser exclusivo, daí o erro do item. O que não se admite é a participação de capital privado, aportado por empresas ou pessoas particulares.

Gabarito: Errada.

62. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Por expressa determinação constitucional, devem, obrigatoriamente, ser diretamente prestados pelo Estado os serviços postal, de aproveitamento energético dos cursos de água e de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais.

Comentários:

Por expressa determinação constitucional, os serviços enumerados na questão devem ser prestados pela **União**; mas não obrigatoriamente de *forma direta*, daí o erro.

Com efeito, os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, e os de aproveitamento energético dos cursos de água (este último em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos) podem ser explorados **diretamente** ou mediante **autorização**, **concessão** ou **permissão**, nos termos do art. 21, XII, "b" e "d".

Já o serviço postal, embora o art. 21, X da CF não preveja expressamente a possibilidade de prestação indireta, o art. 1º, VII da Lei 9.074/1995 dispõe que ele se sujeita ao regime de **concessão**, ou quando couber, de **permissão**.

Vejamos os dispositivos constitucionais citados:

Art. 21. Compete à União:

X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

Gabarito: Errada.

Com base no disposto na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens subsequentes.

63. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A perda da função pública é sanção aplicável àqueles que pratiquem atos de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito ou que gerem lesão ao erário, mas não aos que pratiquem atos de improbidade que atentem contra os princípios da administração pública.

Comentários:

A seguinte tabela resume as sanções que podem ser aplicadas aos diversos tipos de atos de improbidade administrativa, segundo a Lei 8.429/92:

	Enriquecimento ilícito	Prejuízo ao erário	Benefício ISS indevido	Lesão a princípios
Ressarcimento ao erário	Aplicável	Aplicável	-	Aplicável
Perda da função pública	Aplicável	Aplicável	Aplicável	Aplicável
Suspensão dos direitos políticos	De 8 a 10 anos	De 5 a 8 anos	De 5 a 8 anos	De 3 a 5 anos
Perda dos bens acrescidos ilicitamente	Deve ser aplicada	Pode ser aplicada	-	-
Multa civil	Até 3x o valor do acréscimo patrimonial	Até 2x o valor do dano	Até 3x o valor do benefício	Até 100x o valor da remuneração recebida pelo agente
Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais	Por 10 anos	Por 5 anos	-	Por 3 anos

Como se nota na tabela, a **perda da função pública** é sanção aplicável a **todas** as espécies de atos de improbidade.

Gabarito: Errada.

64. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A lei caracteriza como ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a conduta do servidor público que implique o uso, em proveito próprio, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de órgãos e entidades da administração pública.

Comentários:

O item está correto, nos termos do art. 9º, XII da Lei 8.429/92:

Art. 9° Constitui **ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito** auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo,

mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1° desta lei, e notadamente:

(...)

XII - usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1° desta lei.

Gabarito: Certa.

Acerca do controle legislativo da administração e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

65. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A responsabilidade civil do Estado incide apenas se os danos causados forem de caráter patrimonial.

Comentários:

Além dos danos de ordem patrimonial, a responsabilidade civil do Estado também deve reparar os **danos morais**.

Gabarito: Errada.

66. (MPU / Analista-Direito - 2013)
No exercício do controle legislativo, compete ao Senado Federal, em caráter privativo, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, bem como os contratos que padeçam de ilegalidade, neste último caso mediante solicitação da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Comentários:

A competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (CF, art. 49, V), bem como os contratos administrativos que padeçam de ilegalidade (CF, art. 71, §1º) é do **Congresso Nacional**, e não do Senado Federal. Ademais, a sustação de contratos pelo Congresso ocorre após a comunicação do **Tribunal de Contas**, e não da Comissão Mista de Orçamento (CF, art. 71, IX, X e §1º).

Gabarito: Errada.

Julgue os itens a seguir, relativos aos atos administrativos.

67. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A revogação do ato administrativo, quando legítima, exclui o dever da administração pública de indenizar, mesmo que esse ato tenha afetado o direito de alguém.

Comentários:

O quesito está errado. A doutrina ensina que, como regra, a revogação não gera para a Administração o **dever de indenizar** prejuízos sofridos pelos

beneficiários do ato, exceto se esse ato tenha afetado direito de alguém. Exemplo clássico: se determinado indivíduo obtém autorização de uso de área pública por prazo determinado e, antes de expirado o prazo fixado, a Administração decide revogar a autorização. Se na legislação aplicável ou se no próprio ato não tiver sido expressamente afastado o dever da Administração de indenizar, ela deverá ressarcir os prejuízos sofridos pelo beneficiário do ato.

Gabarito: Errada.

68. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A autorização é ato administrativo discricionário mediante o qual a administração pública outorga a alguém o direito de realizar determinada atividade material.

Comentários:

O quesito está correto. A regra é a seguinte:

- Licenças: atos **vinculados** e **definitivos**.
- Autorizações: atos **discricionários** e **precários**.

A licença é editada no exercício do **poder de polícia**, nas situações em que a lei exige obtenção de anuência prévia da Administração como condição para o exercício, pelo particular, de um direito subjetivo de que seja titular (ex: alvarás de construção).

Já a autorização, na maior parte dos casos, também configura um **ato de polícia administrativa** – quando constitui uma condição para a prática de uma atividade material privada (ex: autorização para porte de arma de fogo) ou para o uso de um bem público (ex: autorização para utilização das vias públicas para a realização de feiras livres) –, mas existem também autorizações que representam uma modalidade de **descentralização mediante delegação**, visando à prestação indireta de determinados serviços públicos (ex: autorização para a prestação de serviço de táxi).

Por fim, cumpre salientar que tanto licenças como autorizações nunca são conferidas *ex officio* pelo Poder Público, eis que sempre dependem de pedido do interessado, que solicita o consentimento.

Gabarito: Certa.

Considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

69. (MPU / Analista-Direito - 2013)
São requisitos para a investidura em cargo público, entre outros, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental, podendo as atribuições do cargo justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Comentários:

O item está correto, nos termos do art. 5º da Lei 8.112/90:

Art. 5o São requisitos básicos para investidura em cargo público:
I - a nacionalidade brasileira;
II - o gozo dos direitos políticos;
III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
V - a idade mínima de dezoito anos;
VI - aptidão física e mental.
§ 1o As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Gabarito: Certa.

70. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O período em que o servidor estiver de licença para desempenhar mandato classista conta como tempo de serviço, sendo considerado de efetivo exercício, salvo para efeito de promoção por merecimento.

Comentários:

A questão está correta, nos termos do art. 102, VIII, "c".

Gabarito: Certa.

Direito do Trabalho – Prof. Antonio Daud Jr.

Julgue os seguintes itens, referentes ao aviso prévio.

71. (MPU / Analista-Direito - 2013)
De acordo com entendimento assente do TST, o aviso prévio tem de ser computado a partir do dia seguinte àquele em que o empregado dele tomar ciência.

Comentários:

Também quanto à contagem do período do aviso, o TST privilegia a regra civilista, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento:

SUM-380. AVISO PRÉVIO. INÍCIO DA CONTAGEM. ART. 132 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.

Aplica-se a regra prevista no "caput" do art. 132 do Código Civil de 2002 à contagem do prazo do aviso prévio, excluindo-se o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Gabarito: Certa.

72. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Considere que um empregado tenha trabalhado por onze meses e que, em 26/3/2013, tenha tomado ciência do aviso prévio, de cujo cumprimento foi

dispensado. Nesse caso, o empregador deveria ter-lhe pagado as verbas rescisórias no dia 27/3/2013, sob pena de ter de arcar com multa pelo atraso no pagamento dessas verbas.

Comentários:

A questão trata do prazo para pagamento das verbas rescisórias. Esses prazos estão previstos na CLT, a qual os divide em duas possibilidades, de acordo com as seguintes variáveis:

*CLT, art. 477, § 6º - O **pagamento** das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos:*

*a) **até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato**; ou*

*b) **até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão**, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.*

Como houve a dispensa do cumprimento do aviso, o prazo será de 10 dias, contados da notificação da demissão (e não de 1 dia, como nesta questão).

A respeito da regra para contagem do prazo, apesar de nem ter sido necessário nesta questão, aproveito para destacar a OJ 162 SDI1 que, seguindo a normatização civilista, exclui da contagem do prazo o dia da notificação e inclui o do vencimento:

OJ-SDI1-162 MULTA. ART. 477 DA CLT. CONTAGEM DO PRAZO. APLICÁVEL O ART. 132 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002

*A contagem do prazo para quitação das verbas decorrentes da rescisão contratual prevista no artigo 477 da CLT **exclui necessariamente o dia da notificação da demissão** e **inclui o dia do vencimento**, em obediência ao disposto no artigo 132 do Código Civil de 2002 (artigo 125 do Código Civil de 1916).*

Gabarito: Errada.

A respeito do descanso semanal remunerado, julgue os itens que se seguem.

73. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O empregado que faltar ao trabalho em um dia da semana ou que não for pontual perderá o direito ao pagamento do descanso semanal remunerado.

Comentários:

A questão exigiu conhecimento da literalidade do art. 6º da Lei do RSR:

*Lei 605/1949, art. 6º Não será devida a remuneração quando**, sem motivo justificado**, o empregado não tiver trabalhado durante **toda** a semana anterior, cumprindo integralmente o seu horário de trabalho.*

§ 1º São motivos justificados:

a) os previstos no artigo 473 e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho;

b) a ausência do empregado devidamente justificada, a critério da administração do estabelecimento;

c) a paralisação do serviço nos dias em que, por conveniência do empregador, não tenha havido trabalho;

d) a ausência do empregado, até três dias consecutivos, em virtude do seu casamento;

e) a falta ao serviço com fundamento na lei sobre acidente do trabalho;

f) a doença do empregado, devidamente comprovada.

Gabarito: Errada.

74. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Um empregado que trabalhe como balconista desde 5/8/1996 e que, entre 1.º/4/2013 (segunda-feira) e 14/4/2013, tenha trabalhado sem ter nenhum dia de descanso terá direito a receber remuneração em dobro relativamente aos domingos trabalhados (7 e 14/4/2013).

Comentários:

Trata-se dos efeitos do labor em domingos e feriados. Nesta situação, deve haver:

✓ a compensação (caso em que o trabalhador deixaria de trabalhar outro dia da semana) **ou**

✓ pagamento em dobro.

Trata-se de uma decorrência da SUM-146 do TST e também da OJ-410 da SDI-1:

Súmula nº 146 do TST

TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS, NÃO COMPENSADO

O trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

OJ-SDI1-410 REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. CONCESSÃO APÓS O SÉTIMO DIA CONSECUTIVO DE TRABALHO. ART. 7º, XV, DA CF. VIOLAÇÃO.

Viola o art. 7º, XV, da CF a concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho, importando no seu pagamento em dobro.

Gabarito: Certa.

Acerca do trabalho da mulher e da estabilidade da gestante, julgue os itens subsequentes.

75. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Para o empregado do sexo feminino, a empresa deverá conceder um intervalo de 15 minutos antes de iniciado o trabalho em horas extras. Esse procedimento não se aplica ao caso de trabalho em horário extraordinário do empregado do sexo masculino.

Comentários:

Trata-se da regra constante do art. 384 da CLT, segundo o qual:

*CLT, art. 384 - Em caso de prorrogação do horário normal [para as mulheres], será obrigatório um **descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo**, antes do início do período extraordinário do trabalho.*

Ressalto que, por meio do RE 658.312 SC, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade do art. 384 da CLT, de modo que não há mais dúvidas de que a Constituição recepcionou este dispositivo, permanecendo uma situação diferenciada para as empregadas.

Gabarito: Certa.

76. (MPU / Analista-Direito - 2013)
No caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a empregada terá direito a repouso remunerado de quatro semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes do afastamento.

Comentários:

Conforme previsão celetista, haverá 2 semanas (e não 4) de repouso remunerado à mulher que sofrer aborto comprovado por atestado médico oficial:

*CLT, art. 395 - Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um **repouso remunerado de 2 (duas) semanas**, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.*

Gabarito: Errada.

77. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A empregada que tiver dado à luz seu filho no dia 12/1/2013 será considerada estável até o dia 12/5/2013, podendo o empregador, caso queira dispensá-la, dar-lhe ciência do aviso prévio no dia 13/5/2013.

Comentários:

Veja que o prazo da licença-maternidade (em regra de 120 dias) não se confunde com o prazo da estabilidade da gestante, que é de 5 meses após o parto. Portanto, a empregada que tiver dado à luz seu filho no dia 12/1/2013 tem estabilidade até o dia 12/**6**/2013:

ADCT, art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

(...)

II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

(...)

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Gabarito: Errada.

78. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A empresa que contratar uma mulher grávida que esteja na oitava semana de gestação não terá responsabilidade inerente à estabilidade da gestante, pois a concepção ocorreu antes do início do referido contrato de trabalho.

Comentários:

Não há tal ressalva na legislação ou jurisprudência. Nos termos da SUM-244, mesmo a empregada tendo sido contratada por meio de contrato por prazo determinado ou ter confirmado a gravidez durante o aviso prévio, ela teria direito à estabilidade provisória:

SUM-244 GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA

I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.

II - A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

III – A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art.10, inciso II, alínea b, do ADCT, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

De forma análoga, mesmo tendo sido contratada grávida, ela teria direito à estabilidade.

Gabarito: Errada.

Julgue o item abaixo, acerca da duração da jornada de trabalho e sua compensação.

79. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O sistema de banco de horas somente poderá ser implantado na empresa por meio de instrumento coletivo de trabalho.

Comentários:

Trata-se da principal diferença entre o banco de horas e o acordo de prorrogação de jornada:

*CLT, art. 59, § 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for **compensado** pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.*

As principais diferenças para fins de prova são as seguintes:

Compensação de jornada	
Acordo de prorrogação de jornada	**Banco de horas**
Compensação intrassemanal (dentro da semana)	Compensação que ultrapassa o módulo semanal
Sua validade demanda acordo **escrito** entre empregador e empregado	Sua validade demanda previsão em **negociação coletiva**

Gabarito: Certa.

O item a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, referente às férias do trabalhador.

80. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Uma empregada que completou 50 anos de idade no dia 5/3/2013 programou o gozo de suas férias em dois períodos, a seu pedido, da seguinte forma: os primeiros 15 dias, de 1.º a 15/5/2013, e o segundo período, de 1.º a

15/9/2013. Nessa situação, de acordo com a CLT, é lícito o fracionamento das férias como solicitado pela empregada.

Comentários:

De 50 anos em diante, as férias deverão ser concedidas em apenas um período (sem fracionamento):

CLT, art. 134, § 2º - Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinqüenta) anos de idade, as férias serão **sempre concedidas de uma só vez**.

Gabarito: Errada.

Direito Civil – Prof. Aline Santiago

Acerca da responsabilidade civil, julgue os itens subsecutivos.

81. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Caso o paciente morra em decorrência de ter recebido tratamento médico inadequado, a teoria da perda de uma chance poderá ser utilizada como critério de apuração da responsabilidade civil por erro médico, de acordo com entendimento do STJ.

Comentários:

A teoria da perda de uma chance aplica-se na hipótese em que uma pessoa perde uma oportunidade de obter uma vantagem ou de evitar um prejuízo, por conta de ato ilícito praticado por outrem. Ou seja, uma pessoa praticando um ato ilícito faz com que outra perca uma chance de ter algo melhor.

Esta teoria pode ser aplicada em caso de erro médico, de acordo com o Informativo 513 do STJ: *"A teoria da perda pode ser aplicada no caso de erro médico. Segundo decidiu a 3a Turma do STJ, a teoria da perda de uma chance pode ser utilizada como critério para a apuração de responsabilidade civil ocasionada por erro médico na hipótese em que o erro tenha reduzido possibilidades concretas e reais de cura de paciente que venha a falecer em razão da doença tratada de maneira inadequada pelo médico".*

Gabarito: Certa.

82. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Ainda que demonstrada a ocorrência de ofensa injusta à dignidade da pessoa humana, faz-se necessária a comprovação da dor e do sofrimento para a configuração de dano moral.

Comentários:

Outra questão em que a banca cobrou o conhecimento do Informativo 513 do STJ, observe: *"Sempre que ocorrer ofensa injusta à dignidade da pessoa*

humana restará configurado o dano moral, não sendo necessária a comprovação de dor e sofrimento. Trata-se de dano moral in re ipsa (dano moral presumido) ".

Assim, quando a ofensa atingir a dignidade da pessoa humana, direito fundamental assim eleito pela CF/88, estará configurado dano moral, independentemente de comprovação de dor da vítima.

Gabarito: Errada.

A respeito do direito ao nome, julgue os itens seguintes.

83. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Admite-se, após apreciação judicial, a retificação de registro civil para a inclusão de patronímico paterno no final do nome do filho.

Comentários:

A banca anulou esta questão, pois extrapolava o conteúdo pedido no edital. Eis a justificativa da banca: *"O item aborda conhecimentos acerca de dispositivo constante da Lei de Registros Públicos, conteúdo que extrapola os tópicos descritos no edital do concurso. Dessa forma, opta-se por sua anulação".*

No entanto, mais uma vez, a banca cobrou o conhecimento do Informativo 513 do STJ: *"Admite-se, excepcional e motivadamente, após apreciação judicial, a retificação de registro civil para inclusão de patronímico paterno no final do nome do filho, ainda que em ordem diversa daquela constante do nome do pai, se comprovado que tal retificação se faz necessária para corresponder, adequadamente, à forma como aquele e sua família são conhecidos no meio social em que vivem".*

Gabarito: ANULADA

84. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O ordenamento jurídico admite a possibilidade da averbação, no registro de nascimento do filho, da alteração do patronímico materno, permitindo, assim, a inclusão do patronímico do padrasto em decorrência de novo casamento da genitora.

Comentários:

Outra questão que foi anulada pela banca por extrapolar o conteúdo pedido no edital. No entanto, a afirmação está correta, uma vez que tal procedimento (inclusão do sobrenome do padrasto no nome dos filhos), é autorizado pelo § 8º do art. 57 da Lei de Registros Públicos:

Art. 57. § 8º. O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos §§ 2º e 7º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta,

desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família.

Assim, é permitido que seja acrescentado o sobrenome do padrasto ou da madrasta ao nome do enteado ou enteada, através de autorização judicial. Porém, este acréscimo não acarreta outros efeitos jurídicos, como direitos alimentares ou sucessórios.

Gabarito: Anulada

Julgue os itens que se seguem, referentes à pessoa jurídica.

85. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Conforme entendimento do STJ, em relação à desconsideração da personalidade jurídica, o ordenamento jurídico pátrio adotou a denominada teoria maior da desconsideração.

Comentários:

Sobre estas teorias temos:

A ***disregard of legal entity*** originariamente foi feita para atingir casos de fraude e de má-fé. Existem, no entanto, duas **teorias sobre a desconsideração**:

- A **Teoria maior**, em princípio, exige dois requisitos: o abuso e o prejuízo. É a teoria adotada pelo Código Civil. Apenas observando que no caso de **confusão patrimonial**, esta será o pressuposto necessário e **suficiente**.

- **Teoria menor**, que exige como requisito apenas o prejuízo ao credor.

A **teoria menor** por vezes é **adotada** pela jurisprudência, principalmente no que diz respeito às **relações de consumo** (art.28 e parágrafos da Lei 8.078/1990). Mas o assunto é polêmico. Também é apontada pela doutrina uma problemática nas relações trabalhistas, pois, segundo ela, a teoria da desconsideração tem sido utilizada de forma indiscriminada.

Esta questão teve seu gabarito alterado após a interposição de recurso. Justificativa da banca: *"Apesar de a adoção da teoria maior da desconsideração ser a regra geral no direito brasileiro, não se pode afirmar, no contexto delimitado pelo item, que o ordenamento jurídico pátrio a adotou plenamente, pois, houve casos, como no CDC, em que foi adotada a teoria menor da desconsideração".*

Assim, no gabarito preliminar a questão foi considerada correta, após recurso, errada.

Gabarito: Errada.

86. (MPU / Analista-Direito - 2013)

A pessoa jurídica pode sofrer dano moral nos casos de violação à sua honra subjetiva.

Comentários:

As pessoas jurídicas são abrangidas pela proteção dos direitos da personalidade.

*Art. 52. Aplica-se às pessoas jurídicas, **no que couber**, a proteção dos direitos da personalidade.*

No entanto, a aplicação da proteção aos direitos da personalidade **não é feita indistintamente para todos os casos**. Quanto a este assunto temos o seguinte enunciado do STJ:

STJ 227: *"a pessoa jurídica pode sofrer dano moral"*

Porém, atente que o dano moral será objetivo, relativo a atributos sujeitos à valoração extrapatrimonial da sociedade, como o bom nome, por exemplo.

Isso porque a pessoa jurídica não tem direito à reparação do dano moral subjetivo, uma vez que não possui capacidade afetiva. E a honra subjetiva está relacionada aos sentimentos de autoestima.

Gabarito: Errada.

Em relação aos negócios jurídicos, julgue os seguintes itens.

87. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A invalidade do instrumento induz à invalidade do negócio jurídico, mesmo que este possa ser provado por outro meio.

Comentários:

A banca, nesta questão, cobrou o conhecimento literal do CC/2002:

*Art. 183. A invalidade do instrumento **não induz** a do negócio jurídico sempre que este puder provar-se por outro meio.*

Gabarito: Errada.

88. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Salvo se a lei dispuser em contrário, a escritura pública é essencial à validade do negócio jurídico que vise à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóvel de valor superior a trinta vezes o salário mínimo vigente.

Comentários:

Esta questão cobrava o conhecimento literal do CC/2002, mais precisamente de seu art. 108:

Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Gabarito: Certa.

Direito Processual Civil – Prof. Ricardo Torques

Acerca de capacidade processual, julgue os itens a seguir.

89. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Nas ações de cobrança de cotas condominiais, é necessária a formação de litisconsórcio passivo entre cônjuges.

Comentários:

Segundo o STJ, ao se tratar de obrigação solidária de ex-cônjuges, não há que se falar em litisconsórcio passivo necessário, porque naquela pode o credor eleger a quem cobrar, e, elegendo apenas um, somente este arcará com os resultados da ação judicial.

Já, o NCPC, em seu art. 116, estabelece que todos devem suportar os resultados da ação.

Art. 116. O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

Gabarito: Errada.

90. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O curador especial exerce função exclusivamente processual, defendendo em juízo os interesses do incapaz, do réu preso e do réu citado por hora certa ou por edital. Mesmo que o réu seja preso durante o trâmite do prazo de contestação, caberá a indicação de curador especial para elaborar a sua defesa.

Comentários:

De acordo com o art. 72, do NCPC, não é em qualquer hipótese que o juiz dará curador especial ao incapaz, mas apenas se o incapaz não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele. Além disso, não é a todo réu citado por edital ou com hora certa que o juiz dará curador especial, mas apenas ao réu que, citado por meio de uma dessas formas, permanecer revel.

Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao:

I - incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade;

II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.

Gabarito: Errada.

A respeito da atuação do MP no processo civil, julgue os itens seguintes.

91. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Em processo que envolva interesse de incapaz, o MP atua mais como curador de incapaz do que propriamente como fiscal da lei. Assim, se houver decisão que, embora contrária à lei, favoreça o incapaz, não caberá ao parquet interpor recurso.

Comentários:

De acordo com a Constituição Federal, nos arts. 127 e 129, o MP não atua como curador de incapaz e nem como representante processual.

Conforme prevê o art. 72, I, do NCPC, o juiz deve nomear curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele.

Gabarito: Anulada

92. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O MP estadual tem legitimidade recursal para atuar no STJ.

Comentários:

Segundo o STJ, O Ministério Público Estadual tem legitimidade para atuar diretamente no STJ nos processos em que figurar como parte.

Gabarito: Certa.

Julgue os itens subsecutivos, referentes aos atos processuais.

93. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Efetuada a citação por hora certa pelo oficial de justiça, o escrivão enviará comunicado ao réu, como última tentativa de fazer com que ele tome ciência da demanda. A ausência dessa comunicação, segundo a jurisprudência do STJ, não será causa de nulidade.

Comentários:

A formalidade é exigida pelo art. 254, do NCPC:

Art. 254. Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.

Ademais, de acordo com o STJ, a remessa pelo escrivão de carta, telegrama ou radiograma, dando ciência ao réu da intimação feita por hora certa é requisito obrigatório desta modalidade de citação e sua inobservância gera nulidade.

Gabarito: Errada.

94. (MPU / Analista-Direito - 2013)
De acordo com o CPC, a diligência contida na carta precatória não poderá ser cumprida por juízo diverso daquele indicado quando de sua expedição.

Comentários:

De acordo com o art. 262, do NCPC, a carta tem caráter itinerante, podendo, antes ou depois de lhe ser ordenado o cumprimento, ser encaminhada a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato.

Além disso, o parágrafo único estabelece que o encaminhamento da carta a outro juízo será imediatamente comunicado ao órgão expedidor, que intimará as partes.

Gabarito: Errada.

Acerca do mandado de segurança, julgue o item abaixo.

95. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Segundo a jurisprudência do STJ, ato administrativo que reduzir os vencimentos de servidor público incidirá sobre prestação de trato sucessivo, razão por que o prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança contra tal ato renovar-se-á mês a mês.

Comentários:

Conforme entendimento do STJ, o prazo decadencial para impetrar mandado de segurança contra redução do valor de vantagem integrante de proventos ou de remuneração de servidor público renova-se mês a mês. A redução configura relação de trato sucessivo, pois não equivale à negação do próprio fundo de direito. Assim, o prazo decadencial para se impetrar a ação mandamental renova-se mês a mês.

Gabarito: Certa.

Direito Constitucional – Prof. Ricardo Vale e Nádia Carolina

Com base no que dispõe a CF acerca do direito penal, julgue os itens seguintes.

96. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A titularidade do MP na ação penal pública é excepcionalizada pela ação penal privada subsidiária da pública, direito individual do cidadão, a ele assegurado nos casos em que a ação não é intentada no prazo legal.

Comentários:

O Ministério Público é o titular da ação penal pública. Quando esta não for intentada no prazo legal, será cabível ação penal privada subsidiária da pública.

Gabarito: Certa.

97. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A lei regulará a individualização da pena, proibidas, em qualquer situação, a pena de morte, a de caráter perpétuo, a de trabalhos forçados, a de banimento e a cruel.

Comentários:

A pena de morte é admitida em caso de guerra declarada.

Gabarito: Errada. Certa.

98. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Nenhum brasileiro nato será extraditado, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico internacional de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Comentários:

A CF/88 não admite, em nenhuma hipótese, a extradição de brasileiro nato. O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em 2 (duas) situações:

a) crime comum praticado antes da naturalização e;

b) comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Gabarito: Errada.

Direito Penal e Processual Penal – Prof. Renan Araújo

Acerca dos institutos do direito penal brasileiro, julgue os próximos itens.

99. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Em relação às excludentes de ilicitude, na hipótese de legítima defesa, o agente deve agir nos limites do que é estritamente necessário para evitar injusta agressão a direito próprio ou de terceiro.

Comentários:

O item está correto, pois esta é a definição perfeita do instituto da legítima defesa, conforme art. 25 do CP:

Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Muita gente errou esta questão porque a Banca utilizou o termo "evitar", quando o CP fala em "repelir". Contudo, a Banca está corretíssima, pois o CP fala em "repelir injusta agressão, atual ou IMINENTE", ou seja, quem repele agressão IMINENTE (que ainda não aconteceu) está EVITANDO agressão injusta. Logo, não há do que reclamar.

Gabarito: Certa.

100. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Por caracterizar inexigibilidade de conduta diversa, a coação moral ou física exclui a culpabilidade do crime.

Comentários:

Somente a coação MORAL irresistível é causa de exclusão da CULPABILIDADE, por INEXIGIBILIDADE de conduta diversa. Vejamos:

Art. 22 - Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Percebam que o art. 22 do CP não faz distinção entre coação MORAL e coação FÍSICA irresistível. Contudo, apenas a primeira exclui a culpabilidade. A coação FÍSICA irresistível é circunstância que exclui a própria CONDUTA (por ausência de vontade), de forma se que afasta o fato típico (já que a conduta é um dos elementos deste).

Gabarito: Errada.

101. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Tratando-se de concurso de agentes, quando comprovada a vontade de um dos autores do fato em participar de crime menos grave, a pena será diminuída até a metade, na hipótese de o resultado mais grave ter sido previsível, não podendo, contudo, ser inferior ao mínimo da pena cominada ao crime efetivamente praticado.

Comentários:

O item está errado. Trata-se da chamada *cooperação dolosamente distinta*. Na cooperação dolosamente distinta um dos comparsas quis participar de crime menos grave do que aquele que fora efetivamente praticado. Neste caso, ele responde pelo crime que se dispôs a praticar, e não por aquele que fora efetivamente praticado.

Contudo, caso o crime "mais grave" (e que foi praticado) tivesse sido previsível, este agente terá a pena aumentada até a metade. Vejamos:

Art. 29 – (...)

§ 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Gabarito: Errada.

102. (MPU / Analista-Direito - 2013)

A homologação de sentença estrangeira para obrigar condenado à reparação de dano requer a existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença.

Comentários:

Item errado, pois a homologação de sentença estrangeira para obrigar condenado à reparação de dano NÃO requer a existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença, bastando que haja de pedido da parte interessada, nos termos do art. 9º, I e § único, "a" do CP.

Gabarito: Errada.

Com base no direito penal brasileiro, julgue os itens a seguir.

103. (MPU / Analista-Direito - 2013)
A inserção, em assentamento de registro civil, de declaração falsa com vistas à alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante configura crime de falsidade ideológica, com aumento de pena em razão da natureza do documento.

Comentários:

O item está correto, pois esta é a exata previsão contida no art. 299 e seu § único do CP:

Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Gabarito: Certa.

104. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Considere a seguinte situação hipotética.

Júlio, com intenção de matar Maria, disparou tiros de revólver em sua direção. Socorrida, Maria foi conduzida, com vida, de ambulância, ao hospital; entretanto, no trajeto, o veículo foi abalroado pelo caminhão de José, que ultrapassara um sinal vermelho, tendo Maria falecido em razão do acidente.

Nessa situação, Júlio deverá responder por tentativa de homicídio e José, por homicídio culposo.

Comentários:

No caso Júlio deverá responder por homicídio tentado (ou tentativa de homicídio), pois há uma concausa superveniente relativamente independente mas que POR SI SÓ produziu o resultado, fazendo com que o resultado não possa ser atribuído a Júlio.

Vejamos:

Art, 13 (...)

§ 1º - A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

José, por sua vez, responderá por homicídio culposo.

Muitos candidatos levantaram a hipótese de José responder por homicídio doloso, por dolo eventual. No entanto, para que pudéssemos afirmar, categoricamente, que José agiu como dolo eventual, a questão deveria deixar CLARO que ele agiu sem se importar com a ocorrência do eventual resultado, o que não se presume, até porque, a ocorrência do resultado seria danosa para o próprio José, na medida em que ele teria graves prejuízos financeiros com a reforma de seu caminhão e, inclusive, colocaria sua própria vida em risco, de forma que é muito mais fácil crer que José é apenas mais um imbecil imprudente, o que caracteriza APENAS crime CULPOSO.

Gabarito: Certa.

Maria, vítima de estupro, comunicou o fato à autoridade policial na delegacia de polícia. Chamada, seis meses depois, para fazer o reconhecimento de um suspeito, Maria o identificou com segurança.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

105. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Caso Maria resolva perdoar o autor do estupro, deverá fazê-lo antes do recebimento da denúncia pelo juiz, o que garantirá a extinção da punibilidade.

Comentários:

Item errado, pois em se tratando de ação penal pública não há que se falar em perdão do ofendido como causa de extinção da punibilidade. O que poderia haver, em tese, é a retratação da representação, mas, ainda assim, isso poderia ocorrer até o oferecimento da denúncia, e não geraria automaticamente a extinção da punibilidade, pois a representação poderia ser, futuramente, oferecida de novo.

Gabarito: Errada.

106. (MPU / Analista-Direito - 2013)

Por ser o crime de estupro hediondo, a prisão temporária do suspeito, caso seja decretada, terá o prazo de trinta dias, prorrogável por igual período.

Comentários:

Item correto, pois o estupro é crime hediondo, nos termos do art. 1º, V da Lei 8.072/90, e a prisão temporária, neste caso, terá o prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, nos termos do art. 2º, §4º da Lei 8.072/90.

Gabarito: Certa.

107. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Maria tem o prazo de seis meses para representar contra o suspeito, iniciando-se a contagem, inclusive, do dia em que fez o reconhecimento na delegacia de polícia.

Comentários:

O item está correto. O crime de estupro é crime de ação penal pública condicionada à representação. Neste caso, Maria tem o prazo de seis meses para oferecer sua representação, de forma a possibilitar que o MP ajuíze a denúncia.

Este prazo de seis meses começa a correr no dia (inclusive) em que Maria toma conhecimento de quem é o autor da infração penal.

Vejamos:

Art. 38. Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

Gabarito: Certa.

108. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Caso Maria seja menor de dezoito anos de idade, cabe ao seu representante legal fazer a representação junto à autoridade policial no prazo legal, sob pena de decadência do direito.

Comentários:

O item começa correto, pois cabe ao representante, neste caso, exercer o direito de representação. Vejamos:

Art. 38. Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

(...)

Art. 33. Se o ofendido for menor de 18 anos, ou mentalmente enfermo, ou retardado mental, e não tiver representante legal, ou colidirem os interesses deste com os daquele, o

direito de queixa poderá ser exercido por curador especial, nomeado, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, pelo juiz competente para o processo penal.

Contudo, caso o representante não exerça este direito, não haverá decadência, uma vez que Maria é menor de 18 anos, e contra os menores de 18 anos não corre prazo de prescrição nem prazo de decadência. Podemos utilizar, como exemplo, o art. 111, V do CP:

Art. 111 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

(...)

V - nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal. (Redação dada pela Lei nº 12.650, de 2012)

Gabarito: Errada.

Considerando que um servidor público tenha sido preso em flagrante pela prática de peculato cometido em desfavor da Caixa Econômica Federal, tendo sido o crime facilitado em razão da função exercida pelo referido servidor, julgue os itens a seguir, com base na legislação processual penal.

109. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Ao receber o auto de prisão em flagrante do servidor, o juiz deverá converter a prisão em flagrante em preventiva e, então, se for o caso, deliberar pela aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, como a suspensão do exercício da função pública.

Comentários:

Item errado, pois o Juiz não está obrigado a, necessariamente, decretar a prisão preventiva. O Juiz deverá, na forma do art. 310 do CPP, relaxar a prisão, se for ilegal, converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, se presentes os requisitos constantes do art. 312 do CPP (e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão) ou conceder liberdade provisória (com ou sem fiança).

Gabarito: Errada.

110. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Na hipótese de a prisão em flagrante do servidor ser ilegal, o pedido de relaxamento da prisão deve ser proposto por seu defensor junto à vara criminal da comarca em que ocorreu o peculato.

Comentários:

Item errado, pois neste caso o pedido de relaxamento de prisão deve ser formulado perante o Juízo do lugar em que foi realizada a prisão ilegal.

Gabarito: Errada.

111. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Por se tratar de crime afiançável, ao servidor é garantido o direito de apresentar resposta preliminar no prazo de quinze dias, logo após a notificação pelo juízo processante, quando, então, o juiz decidirá pelo recebimento ou rejeição da denúncia.

Comentários:

Item correto, pois retrata a exata previsão contida no art. 514 do CPP, e que é o grande diferencial deste procedimento especial. Vejamos:

Art. 514. Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

Gabarito: Certa.

A respeito dos institutos do processo penal brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

112. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Deputado estadual que pratique crime doloso contra a vida deve ser julgado, dada a prerrogativa de foro especial, pelo tribunal de justiça do estado em que tenha sido eleito.

Comentários:

No aparente conflito de competências entre o Tribunal do Júri e a competência de foro por prerrogativa de função prevista apenas na Constituição Estadual, prevalece a competência do Tribunal do Júri, conforme súmula 721 do STF:

"A competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual"

Os deputados estaduais não possuem prerrogativa de foro EXPRESSAMENTE prevista na Constituição Federal, logo, deveria prevalecer a competência do Júri.

Contudo, sustenta-se que, pelo princípio da simetria, os deputados estaduais possuem as mesmas prerrogativas dos deputados federais (aplicadas as devidas proporções), de maneira que haveria prerrogativa de foro para eles, com previsão constitucional (implícita).

O STJ possui decisões adotando a segunda corrente, ou seja, considerando que o foro por prerrogativa de função dos deputados estaduais está previsto na CF/88, pelo princípio da simetria.

A questão é tão controversa que o CESPE chegou a dar a afirmativa como ERRADA no gabarito preliminar, mas voltou atrás e passou a entender que está correta.

Gabarito: Certa.

113. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Na hipótese de o réu não constituir advogado, o juiz nomeará defensor dativo para acompanhar o feito, havendo previsão expressa no sentido de que o acusado é obrigado a pagar os honorários arbitrados pelo juiz, caso não seja pobre.

Comentários:

O item está correto. A defesa técnica é indispensável, e se o réu não a providenciar, o Juiz nomeará um defensor para a causa. Vejamos:

Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

(...)

§ 2o Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

Além disso, caso o acusado não seja pobre, será condenado a pagar os honorários do defensor nomeado (ou pagar honorários à Defensoria Pública, caso esta esteja patrocinando a causa):

Art. 263. Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.

Parágrafo único. O acusado, que não for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.

Gabarito: Certa.

114. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Na falta de perito oficial como, por exemplo, o médico legista, o exame de corpo de delito será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente em área específica e relacionada com a natureza do exame.

Comentários:

O item está correto, pois está em consonância com o disposto no art. 159, §1º do CPP:

Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008)

§ 1o Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que

tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame. (Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008)

Gabarito: Certa.

Direito Penal Militar – Prof. Paulo Guimarães

Julgue os itens seguintes, relativos ao direito penal militar.

115. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Para a caracterização de crime militar, é necessário, entre outros requisitos, que o ilícito tenha sido praticado em local que integre o patrimônio militar, não bastando que o espaço esteja sob a administração militar.

Comentários:

A definição de crime militar é encarada pelo art. 9º do Código Penal Militar. Entre as possibilidades de crime militar estão aqueles praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares (inciso III). Em seguida o dispositivo detalha o que seriam as instituições militares, mencionando entre essas hipóteses os crimes contra o patrimônio **sob a administração militar**, bem como os cometidos em lugar sujeito à administração militar contra militar em situação de atividade ou assemelhado, ou contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo.

Gabarito: Errada.

116. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Considere que João, dentista civil, tenha sido condenado pela justiça militar da União à pena de quatro anos de reclusão, pelo crime de violência contra militar em serviço. Nessa situação, o condenado deve cumprir a pena em penitenciária militar.

Comentários:

Para responder corretamente à questão você deve conhecer o conteúdo dos arts. 61 e 62 do Código Penal Militar. A pena privativa da liberdade por mais de 2 anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil. Por outro lado, o civil cumpre a pena aplicada pela Justiça Militar em estabelecimento prisional civil, ficando ele sujeito ao regime conforme a legislação penal comum.

Gabarito: Errada.

117. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Considere que militares do Exército brasileiro, reunidos em alojamento militar, tenham criado uma coreografia ao som de uma versão funk do Hino Nacional, além de terem filmado a dança e divulgado o vídeo na Internet. Nessa situação, segundo entendimento do Superior Tribunal Militar, a conduta dos militares não

constitui crime de desrespeito a símbolo nacional, devendo ser tratada, na esfera disciplinar, como brincadeira desrespeitosa.

Comentários:

Esse foi um caso real, julgado pelo STM em 2013. O crime aqui cometido é o tipificado no art. 161 do CPM: Desrespeito a Símbolo Nacional.

DESRESPEITO A SÍMBOLO NACIONAL

Art. 161. Praticar o militar diante da tropa, ou em lugar sujeito à administração militar, ato que se traduza em ultraje a símbolo nacional:

Pena – detenção, de um a dois anos.

Perceba ainda que a conduta foi praticada dentro da organização militar, o que nesse caso é elemento do tipo.

Gabarito: Errada.

Direito Processual Penal Militar – Prof. Paulo Guimarães

Com base no direito processual penal militar, julgue os itens que se seguem.

118. (MPU / Analista-Direito - 2013)
O ministro da Defesa, dada a sua condição de ministro de Estado civil, não exerce função de polícia judiciária militar.

Comentários:

A Polícia Judiciária Militar tem a função de investigar os crimes militares. Na esfera penal comum, o trabalho investigativo é feito pela **Polícia Judiciária**, função em regra desempenhada pela **Polícia Civil** ou pela **Polícia Federal**, dependendo da natureza do crime cometido.

De forma análoga, a Polícia Judiciária Militar busca subsídios para a persecução penal militar. A atividade policial judiciária militar não é prevista expressamente na Constituição, mas o art. 144 §4º o faz implicitamente, quando prevê que às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares.

Vejamos então como o Código de Processo Penal Militar trata essa atividade.

EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR

Art. 7º A polícia judiciária militar é exercida nos termos do art. 8º, pelas seguintes autoridades, conforme as respectivas jurisdições:

a) pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em todo o território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que

constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro;

b) pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em relação a entidades que, por disposição legal, estejam sob sua jurisdição;

c) pelos chefes de Estado-Maior e pelo secretário-geral da Marinha, nos órgãos, forças e unidades que lhes são subordinados;

d) pelos comandantes de Exército e pelo comandante-chefe da Esquadra, nos órgãos, forças e unidades compreendidos no âmbito da respectiva ação de comando;

e) pelos comandantes de Região Militar, Distrito Naval ou Zona Aérea, nos órgãos e unidades dos respectivos territórios;

f) pelo secretário do Ministério do Exército e pelo chefe de Gabinete do Ministério da Aeronáutica, nos órgãos e serviços que lhes são subordinados;

g) pelos diretores e chefes de órgãos, repartições, estabelecimentos ou serviços previstos nas leis de organização básica da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

h) pelos comandantes de forças, unidades ou navios;

Hoje não há mais ministérios para cada uma das forças armadas. Há apenas um Ministro da Defesa, que congrega as três forças, e os comandantes de cada uma delas, que para várias finalidades gozam de status ministerial.

Inicialmente, portanto, a função Polícia Judiciária Militar é exercida pelos **comandantes de cada uma das forças armadas**. O Ministro da Defesa atualmente não exerce essa função, justamente porque normalmente se trata de um civil.

Gabarito: Certa.

119. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Segundo o entendimento do STF, a qualificação de militar é elemento estrutural do tipo penal de deserção, de forma que a ausência desse requisito impede o processamento do feito.

Comentários:

DESERÇÃO

Art. 187. Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos; se oficial, a pena é agravada.

Neste crime o agente apenas pode ser o **militar em atividade**. Somente é possível desertar depois que o militar for incorporado às forças armadas, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar. Este é o entendimento do STM e do STF, já há muito pacificado.

A conduta consiste em **ausentar-se**, que significa afastar-se, furtar-se de estar no local determinado em razão do serviço militar. O tipo não engloba apenas aquele que está presente na Organização Militar e dela se ausenta, mas também aquele que, estando em férias, folga ou outro afastamento, furta-se de retornar ao serviço no momento determinado.

O **afastamento** tem que ser injustificado. Este é um elemento normativo do tipo penal. Parece óbvio, e é mesmo, mas essa ilicitude é contemplada pelo tipo quando adota a expressão "sem licença".

Durante os primeiros **oito dias** da ausência, o militar não cometerá crime, mas somente infração disciplinar. A Doutrina chama este período de oito dias de **período de graça**, durante os quais o militar transgressor é chamado de **ausente** ou **emansor**.

Além disso, a deserção é **crime permanente**, o que significa que a sua consumação se protrai no tempo, estando o desertor, desde o início da consumação, sujeito à prisão, conforme o art. 452 do CPPM.

Gabarito: Certa.

120. (MPU / Analista-Direito - 2013)
Considere que determinado militar tenha sido vítima de crime de lesão corporal e que a correspondente ação penal militar contra o autor do ilícito esteja em curso. Nessa situação, somente o militar ofendido, seu representante legal ou seu sucessor podem habilitar-se a intervir no processo como assistentes do MP.

Comentários:

Esta questão inicialmente tinha sido dada como certa, mas a banca terminou alterando o gabarito. A disputa se deu em razão da regra do art. 60 do Código de Processo Penal Militar.

Art. 60. O ofendido, seu representante legal e seu sucessor podem habilitar-se a intervir no processo como assistentes do Ministério Público.

Provavelmente o examinador apenas olhou para a redação do art. 60 e elaborou a questão, sem se dar conta de que a regra do art. 63 prevê mais uma possibilidade de habilitação de assistente de acusação.

Art. 63. Pode ser assistente o advogado da Justiça Militar, desde que não funcione no processo naquela qualidade ou como procurador de qualquer acusado.

Aproveitando o ensejo, é bom esclarecer que não existe mais a figura do advogado da Justiça Militar. Esses cargos foram, há alguns anos, transformados em cargo de Defensor Público Federal, e as suas incumbências foram assumidas pela Defensoria Pública da União.

Gabarito: Errada.